

Um dia de paz, um dia de crise

■ FH contorna uma briga e já se vê envolvido em outra

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso passou parte do dia de ontem contornando crise política dentro do governo. Já num dos primeiros despachos do dia Fernando Henrique foi informado pelo ministro da Saúde, José Serra, que parte dos programas de saúde serão paralisados em dezembro caso a equipe econômica insista em “segurar” aproximadamente R\$ 830 milhões para alcançar as metas fiscais firmadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os efeitos dos cortes poderão se estender até janeiro.

Com apoio do núcleo de articulação política do governo e de setores do PMDB, José Serra apelou ao presidente para que não autorize os cortes pretendidos pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Em termos globais, o corte orçamentário equivale ao custo de um mês de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Subdivido em programas, significará a paralisação dos seguintes projetos: saneamento em áreas endêmicas, atendimento de emergência de maternidades, combate ao câncer de colo de útero, saúde mental, do controle de doença de chagas, controle de hanseníase, controle de malária, controle de dengue, do pagamento de quase 30% dos atendimentos do SUS e da distribuição gratuita de medicamentos para portadores de Aids, diabete e hemofilia.

O relato – “dramático”, segundo auxiliares do presidente – foi feito por José Serra durante almoço de trabalho no Palácio da Alvorada do qual participou também o ministro da secretaria-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira. Nenhum dos dois ministros, de acordo com as assessorias, tinha qualquer comentário a fazer sobre o almoço de “rotina”. Fontes do Planalto, porém, afirmam que Fernando Henrique Cardoso pretende conversar com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o assunto.

A briga de Serra com Malan não foi a única que teve de ser administrada pelo presidente. Uma reunião de ministros convocada por Fernando Henrique Cardoso ontem à tarde no Palácio da Alvorada aparentemente encerrou outra das crises no governo: as divergências entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápias, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, terminaram com uma nota oficial divulgada pelo governo confirmando que os dois permanecerão em suas funções.

No caso da pendência entre os ministérios da Saúde e da Fazenda ninguém fala os mesmos números. Enquanto José Serra jura que o dinheiro não foi liberado, o Ministério da Fazenda informa que a liberação está “rigorosamente em dia”. Ministros e dirigentes do PSDB e do PMDB auxiliam intensificando a pressão por mais verbas. Têm argumentado que o comprometimento do setor saúde causará prejuízos à condução da estratégia da recuperação da imagem do governo e às pretensões do presidente de interferir na sua sucessão em 2002.

Um dos programas mais prejudicados, segundo o relatório, é o de distribuição gratuita de medicamentos para portadores de Aids. O estoque, praticamente no zero, precisaria de uma injeção imediata de R\$ 136 milhões. A pequena reserva, segundo dados repassados ao Palácio do Planalto, acaba no início de dezembro e, se os recursos não chegarem logo, o desabastecimento se estenderá até janeiro.

Originalmente, dos R\$ 17,8 bilhões de verbas do orçamento da Saúde para este ano foram contingenciados R\$ 2,7 bilhões. Nas contas da equipe econômica, tudo já foi descontingenciado e repassado em dia. Mas nas contas do ex-ministro do Planejamento José Serra, R\$ 830 milhões do total continuam presos na boca do caixa do Tesouro.